



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO E CIÊNCIAS CONTÁBEIS
CURSO DE ADMINISTRAÇÃO

A FALÁCIA DO EMPREENDEDORISMO

Gabriel Gustavo dos Santos Loureiro

Rio de Janeiro

2019/1

A FALÁCIA DO EMPREENDEDORISMO

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao
programa de graduação em Administração de Empresas
da Universidade Federal do Rio de Janeiro

Orientador: Prof. Dr. Synval de Sant'Anna Reis Neto

RESUMO

O Brasil apresenta atualmente um crescimento na propagação do discurso liberal, pela grande mídia e pelo governo, porém são ignoradas todas as dificuldades que serão enfrentadas por quem deseja se tornar um empreendedor.

São necessários diversos registros em cartórios e o pagamento de algumas taxas, algumas delas com um valor considerável. Somando a isso a legislação tributária de complexo entendimento e temos um cenário totalmente oposto ao que é divulgado para a população.

Com a utilização de dados do SEBRAE e de outras pesquisas sobre o tema foram comparados os dados obtidos em relação ao cenário atual do empreendedorismo no Brasil e as licenças e taxas necessárias para se começar um empreendimento com a política neoliberal adotada pelos governantes e os principais precursores desta política e a literatura de apoio aos empreendedores com maior circulação nacional.

Observou-se que de nada adianta um discurso neoliberal incentivando o empreendedorismo se não forem apresentadas para a população políticas que facilitem a inserção ao mercado e o crescimento das empresas.

Palavras Chave: Empreendedorismo, legislação tributária, neoliberalismo

ABSTRACT

Brazil currently has a growth in the spread of liberal discourse, by the mainstream media and by the government, but all the difficulties faced by those who wish to become entrepreneurs are ignored.

Various records are required in notaries and the payment of some fees, some of them with considerable value. Adding to this the tax legislation of complex understanding and we have a scenario totally opposite to what is disclosed to the population.

Using data from SEBRAE and other research on the subject, the data obtained in relation to the current scenario of entrepreneurship in Brazil and the licenses and fees necessary to start an enterprise with the neoliberal policy adopted by the rulers and the main precursors of this policy and the literature of support to the entrepreneurs with greater national circulation.

It was observed that there is no point in a neoliberal discourse encouraging entrepreneurship if policies that facilitate the insertion into the market and the growth of companies are not presented to the population.

Keywords: Entrepreneurship, tax legislation, neoliberalism

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - MOTIVAÇÃO (OPORTUNIDADE EM %)	13
Gráfico 2 - O SONHO DOS BRASILEIROS (2017 E 2018)	14
Gráfico 3 - % DA POPULAÇÃO SEGUNDO MENTALIDADE EMPREENDEDORA	14
Gráfico 4 - TEMPO GASTO NO PAGAMENTO DE IMPOSTOS	24

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - PRAZO MÉDIO DE ABERTURA DE UMA EMPRESA.....	30
Figura 2 - POLÍTICAS GOVERNAMENTAIS EDUCAÇÃO E CAPACITAÇÃO	31
Figura 3 - PONTOS POSITIVOS E PONTOS LIMITANTES	32

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	6
2. APRESENTAÇÃO.....	7
3. RELEVÂNCIA.....	8
4. JUSTIFICATIVA.....	8
5. RECURSOS METODOLÓGICOS.....	9
6. REFERENCIAL TEÓRICO.....	10
7. ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO.....	11
8. DESENVOLVIMENTO.....	11
8.1 LIBERALISMO E LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA BRASILEIRA.....	15
9. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	33
10. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	35

1. INTRODUÇÃO

Empreendedorismo¹, substantivo masculino para disposição ou capacidade de idealizar, coordenar e realizar projetos, serviços e negócios. De acordo com o SEBRAE, pequenas empresas correspondem por mais de um quarto do PIB nacional mesmo com o elevado patamar na taxa de mortalidade das mesmas devido a uma série de barreiras que elas enfrentam entre a concepção da ideia, abertura do negócio e sua efetiva consolidação no mercado.

Em 2017 o tempo médio para se abrir e regularizar uma empresa no Brasil podia ser de até seis meses por conta da ritualística e demora na concessão de alvarás, de acordo com relatório emitido pelo Banco Mundial sobre empreendedorismo no Brasil. Além disso, nosso país tem uma elevada complexidade na apuração dos tributos além da elevada carga tributária que dificulta a influência na sua operação. Ainda de acordo com o relatório do Banco Mundial, em nosso país as empresas gastam em média 1958 horas por ano para calcular e pagar os impostos, seis vezes a média de 332 horas gastam pelos demais países da América Latina.

Outro problema que as organizações de pequeno médio porte incorrem reside no fato de não haver a prática de se efetuar um adequado planejamento de largo espectro para sua constituição.

A tecnologia pode auxiliar neste processo pela alta quantidade de informações e novas tecnologias criadas por auxiliarem a ultrapassar as barreiras listadas e ajudar a prolongar a vida útil da organização.

Assim posto, o problema central deste trabalho deverá analisar e avaliar os obstáculos encontrados para se abrir e manter uma pequena ou média empresa evidenciando o paradoxismo entre o discurso liberal amplamente divulgado pela mídia como: “Grandes Empresas e Pequenos Negócios” e a realidade que o suposto empreendedor encontra ao se lançar nesta empreitada.

¹ Empreendedorismo: Substantivo masculino

1.1 – Disposição ou capacidade de idealizar, coordenar e realizar projetos, serviços, negócios

1.2 - Iniciativa de implementar novos negócios ou mudanças em empresas já existentes, com alterações que envolvem inovação e riscos.

2. APRESENTAÇÃO

O pensamento liberal vem ganhando espaço entre a população brasileira. Iniciamos observando como está se dando este processo no Brasil. Uma pesquisa realizada em 2017 pela Fundação Perseu Abramo mostra como esta política de base econômica vem penetrando nas camadas mais pobres.

De acordo a pesquisa, os governos do PT e suas políticas públicas possibilitaram que o povo alcançasse um primeiro objetivo, acesso aos bens de consumo. Com isso serviços essenciais passaram a ser vistos como mercadoria e não direitos. Outro instrumento que serviu para propagar ideias liberais para grande parte da população foi através da mídia, principalmente pela TV aberta. Programas como Pequenas Empresas & Grandes Negócios e Meu Start, ambos brasileiros, que mostram histórias pontuais de pessoas que alcançaram dinheiro e sucesso “saindo de sua zona de conforto e correram atrás de seus sonhos”, sem mostrar por cada tipo de barreira que essa pessoa passou e como passou e os auxílios que ela venha a ter tido.

Juntando isso com o engessamento das instituições públicas, com inúmeros casos de corrupção e serviços de baixa qualidade e temos o cenário favorável para um discurso que pregue o empreendedorismo como solução dos problemas da população.

O que não é amplamente divulgado são as dificuldades para se abrir e manter o próprio negócio. São necessários: Consulta para viabilização, registro em junta comercial, CNPJ, entre outras licenças, tudo isso apenas para registrar a abertura da empresa. Um processo que possui um custo considerável e que pode levar meses para ser finalizado. De acordo com o SEBRAE (2018), o custo para inspeção sanitária obrigatória variava de R\$150,00 (para estabelecimentos até 50m²) até R\$1804,73 (para estabelecimentos acima de 1500m²) e a taxa de licença para o estabelecimento era de R\$826,23 para pessoa jurídica.

O sistema tributário no Brasil prima por ter uma das legislações tributárias mais intrincadas do mundo. Segundo o IBPT, Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação, existem hoje no Brasil 63 tributos e 97 obrigações – conjunto de

documentos e registros que precisam ser enviados ao Fisco dentro de prazos pré-estabelecidos sob pena de multa. Tais defeitos têm consequências: Dificultam a entrada de novas organizações, induzem a ineficiência, diminuem a produtividade e geram distorções por apresentarem brechas às grandes corporações. A complexibilidade do sistema tributário brasileiro faz com que o custo de apuração e recolhimento dos impostos seja elevado, principalmente as pequenas e medias empresas.

Todas essas dificuldades deixam de ser debatidas em prol da propagação de ideias ilusórias de riqueza e liberdade, alcançáveis apenas a uma pequena parte dos que tentam ultrapassar tamanhos obstáculos impostos pelo atual regime tributário brasileiro e deixamos de debater como dar um ambiente estável e sustentável para que as pessoas com ideias inovadoras possam empreender buscando um real desenvolvimento da sociedade e não apenas para sobrevivência em meio à crise.

3. RELEVÂNCIA

A preocupação central deste trabalho se prenderá nos percalços encontrados para se empreender no Brasil.

Por conta do crescimento nas taxas de desemprego e nas mensagens transmitidas pela grande mídia da ilusão de que apenas empreendendo os problemas das pessoas serão resolvidos e apenas assim a economia nacional voltará a ficarem aquecida, muitos se arriscam nesta empreitada sem o devido preparo.

Por isto é necessário tornar explícito que o mesmo governo que prega a livre iniciativa como solução principal para reaquecer a economia é também quem acabar por criar barreiras para o surgimento de novas pequenas e médias empresas no território nacional.

4. JUSTIFICATIVA

Segundo o SEBRAE (2017), 40% do empreendedorismo realizado no Brasil eram do chamado empreendedorismo por necessidade, muito por conta da crise econômica vivida no momento, onde as pessoas se veem na necessidade de criar e abrir o próprio negócio na urgência de pagar as contas e sobreviver. Para efeito de comparação em 2014, antes da atual crise econômica e crescimento nas taxas de desemprego,

empreendedores por necessidade eram apenas 29% do total, de acordo com o mesmo estudo feito pelo SEBRAE.

Visto isso, muitas vezes o empreendedor não dispõe do tempo necessário para tomar os conhecimentos necessários, obtenção de alvarás e do posterior cálculo e pagamento de impostos que ele terá que enfrentar. Segundo o IBGE, em um estudo relacionado às Estatísticas do Cadastro Central de Empresas, 48% das pequenas e médias empresas fecham as portas depois de três anos de sua fundação. E ainda uma pesquisa realizada pela REUTERS² (2016) indicou que 89% das empresas brasileiras admitiam ter dificuldades em manterem-se na conformidade com o Fisco por conta da alta complexidade tributária, diferentes legislações em estados e municípios e a frequente mudança das normas.

Pelo exposto acima, o objetivo deste trabalho é analisar as dificuldades encontradas por pequenas e médias empresas para se manterem em operação, com foco nas dificuldades que as mesmas apresentam na hora de realizar a apuração e pagamento dos tributos, dificuldades causadas pela complexa legislação tributária apresentada no Brasil.

5. RECURSOS METODOLÓGICOS

Este trabalho fez uso do método denominado levantamento bibliográfico, que se trata de uma pesquisa sobre a bibliografia existente sobre determinado assunto. De acordo com material divulgado pela UNIP, Universidade Paulista, as informações são coletadas em livros publicados, artigos científicos, documentos de arquivos públicos, relatórios de pesquisas.

Face a todo um promocional vinculado na mídia o assunto a ser estudo será o empreendedorismo no Brasil e o uso do recurso metodológico do levantamento bibliográfico se dará pela falta de recursos financeiros para uma pesquisa de campo.

² Reuters: Agência de notícias britânica, a maior agência internacional de notícias do mundo, com sede em Londres. Seu foco estava em tópicos econômicos, mas vendeu-os semelhantes à Bloomberg ou Associated Press, também outras notícias

6. REFERENCIAL TEÓRICO

Ao final da Segunda Guerra Mundial o planeta acenava para uma tendência que incentivava a intervenção do Estado na economia. Foi neste período que o economista da Escola Austríaca ³Friedrich von Hayek publica a obra O Caminho da Servidão, a fim de alertar aos possíveis perigos do intervencionismo estatal.

O princípio fundamental da tese do austríaco é o de que a liberdade econômica é imprescindível para a liberdade política. Para ele “apenas um sistema de concorrência baseado no direito de dispor livremente da propriedade privada é possível sustentar a democracia. Ainda sobre a liberdade econômica Hayek sustenta, inspirando se em seu professor Mises que “a concorrência promove uma efetiva coordenação dos esforços individuais” pregando que o uma intervenção do Estado não seria efetiva para essa coordenação. Assim, com o Estado interferindo na economia não existiriam concorrência e negociações livres, ficando todos sujeitos a um totalitarismo estatal e de quem o comanda.

Hayek, porém, defende programas que garantam um mínimo de alimentação, roupas e habitação para “conservar a saúde e capacidade de trabalho das pessoas” e diz que os monopólios existem por conta de uma cumplicidade do Estado, que deveria eliminá-los mas não o faz, o que seria feito de forma eficiente com mais liberdade econômica.

O livro O Caminho da Servidão é conhecido como obra fundante do neoliberalismo, sendo as ideias de Hayek usadas posteriormente à publicação pelos governos de Pinochet no Chile, Thatcher na Inglaterra e vemos uma tentativa de implementar tais ideias no atual governo brasileiro haja vista que o Ministro da Economia escolhido é formado na escola de Chicago, principal difusora das ideias econômicas de Hayek.

³ Escola Austríaca se estruturou a partir do século XIX, é uma escola de pensamento econômico que enfatiza o poder de organização espontânea do mecanismo de preços. É assim denominada pelo fato de seus principais expoentes serem de origem austríaca e terem desenvolvido suas reflexões na cidade de Viena

Luis Antônio Bernardi em sua obra Manual de Empreendedorismo e Gestão busca trazer os pontos críticos de cada nova abertura de empresa para, assim, auxiliar o empreendedor na criação de um plano de negócios.

Ele traz modelos e “estratégias de negócio” que visam auxiliar na gestão de uma pequena empresa. Contém histórias de sucesso de outros empreendedores para motivar o enfrentamento às diversas barreiras que serão encontradas. O livro reúne informações para a concepção do negócio, modelagem, plano de negócios, gestão da empresa e estratégias para o empreendimento.

É um trabalho que mistura a parte motivacional muito encontrada no mercado e difundida pela grande mídia com ensinamentos de gestão de pessoas e de projetos, focando tanto na organização pessoal quanto na profissional.

7. ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO

Este trabalho irá pautar-se no confronto entre a obra de Hayek e as platitudes apresentadas como “literatura” para o empreendimento amplamente consumida atualmente como representação da mentalidade contemporânea.

Em um segundo momento foi desenvolvida uma discussão sobre o liberalismo e a passagem de bem-estar social para o liberalismo, buscando exemplos de países que seguiram por esse caminho como o Chile e a Inglaterra com os governos de Pinochet e Thatcher, respectivamente e como está sendo posta em prática esses ideais liberais no Brasil neste momento de crise econômica.

Será feito também uma análise da burocracia imposta pela legislação brasileira em contra ponto ao discurso neoliberal que o governo e a grande mídia difundem quase que diariamente para a população, comunicando que empreender é uma das maneiras de salvar a economia do país não fazendo nada porém para facilitar as pessoas que realmente tem ideias inovadoras a abrir seu próprio negócio.

Após isso serão confrontados os dois primeiros capítulos de modo a se analisar o que a literatura de empreendedorismo difunde com o que é encontrado na realidade brasileira. Será a ideia de que basta força de vontade e um plano de negócios versus todos os custos, prazos e demais barreiras impostas pela legislação brasileira quando se trata de empreender no país.

8. DESENVOLVIMENTO

Segundo Hayek, se o socialismo, por definição, consiste no gerenciamento centralizado da economia — com os meios de produção sendo propriedade do governo —, resta a pergunta: como pode um sistema centralizado, onde não há mercados entre os meios de produção, saber como decidir qual é a maneira mais eficiente de utilizar os recursos necessários para a produção de um determinado bem? Se não há um sistema de livre formação de preços para balizar a produção, a utilização de recursos produtivos passa a ser feita às cegas. O autor tem uma preocupação com o crescimento de ideias socialistas na Inglaterra ainda que para ele “poucos querem reconstruir a sociedade a partir de seus alicerces com base em algum plano ideal, são, entretanto, numerosos os que ainda acreditam em medidas que, embora não visem a uma reforma completa da economia, podem, no entanto, produzir involuntariamente esse mesmo resultado, por efeito de conjunto” e acredita que o intervencionismo estatal no longo prazo possa lentamente mudar o espírito e o caráter de um povo, por mais fortes que sejam suas tradições de liberdade tornando-os submetidos a influência do Estado e a de quem o comanda.

Para Hayek, se os meios de produção são propriedade exclusiva do estado, não há um genuíno mercado entre eles. Para Hayek, portanto, o socialismo, ao abolir a propriedade privada dos meios de produção, impossibilitava qualquer cálculo econômico racional, “a concorrência promove uma efetiva coordenação dos esforços individuais” sustenta Hayek em sua obra.

Seguindo os pensamentos de Hayek, um agente empreendedor está realmente interessado é nos preços futuros. O empreendedor compromete recursos hoje na expectativa de colher lucros futuros. A função do empreendedor seria então avaliar e estimar os preços futuros, e alocar recursos de acordo com sua vontade, buscando lucros o que só pode ser realizado adequadamente numa economia que possua intervenção do Estado por não existir nesse cenário uma livre concorrência e negociações.

Vimos no Chile com Pinochet e na Inglaterra de Thatcher a colocação prática das ideias de Hayek para uma intervenção mínima do Estado e um crescimento econômico voltado para as realizações individuais e empreendedoras e nas últimas eleições tivemos como

vencedores em nosso país políticos que propagam esse mesmo pensamento para a população.

No Brasil foram sendo eleitos desde 2002 governantes com discursos populistas ditos como socialistas, algo que foi drasticamente alterado nas últimas eleições em 2018 com um presidente e diversos governadores ditos liberais e a escolha de um Ministro da Economia “Chicago Boy”, como são chamados os economistas formados pela Universidade de Chicago, principal precursora dos pensamentos de Hayek. O país vem apresentando taxas crescentes de desemprego desde 2015 e que no primeiro trimestre de 2019 chegou na faixa de 13% da população, segundo IBGE. Enquanto isso o número de pessoas que abrem o próprio negócio não para de crescer. Segundo o GEM 2018⁴, cerca de 38% da população tem seu próprio negócio. Ainda de acordo com o estudo realizado 40% dos novos empreendimentos abertos são por necessidade e não oportunidade, ou seja, milhões de pessoas estão se aventurando em um negócio próprio por falta de opção, falta de emprego, para conseguir se sustentar e pagar as contas.

Motivação “Oportunidade” (em %)

Em 2018, mantém-se a trajetória iniciada em 2016 de recuperação na proporção de Empreendedores Iniciais por oportunidade.

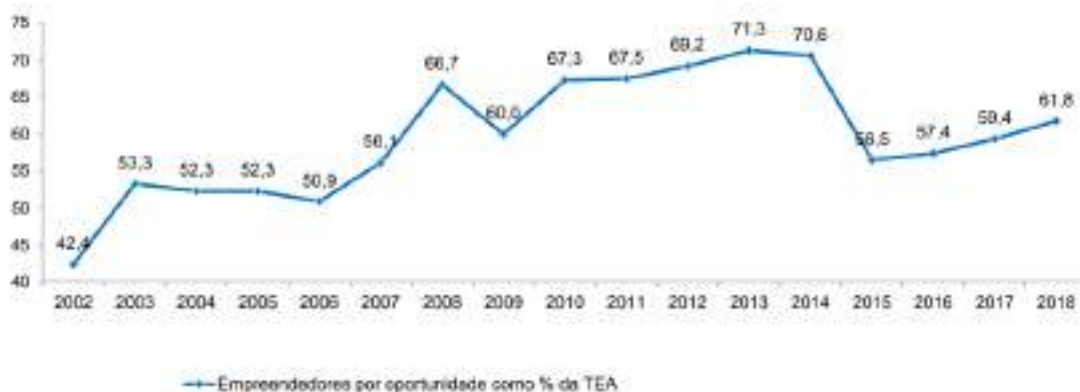


Gráfico 1 - MOTIVAÇÃO (OPORTUNIDADE EM %)

O estudo divulgado pelo GEM 2018 também mostra que ter a própria empresa/ser seu próprio chefe está entre os principais sonhos dos entrevistados, mas que apenas 50%

⁴ GEM 2018: Global Entrepreneurship Monitor, pesquisa sobre empreendedorismo realizada em 49 países e que no Brasil contou com o apoio do SEBRAE

dos mesmos se diz apto para começar mostrando o mercado que está demandando informações para começar um novo empreendimento.



Gráfico 2 - O SONHO DOS BRASILEIROS (2017 E 2018)

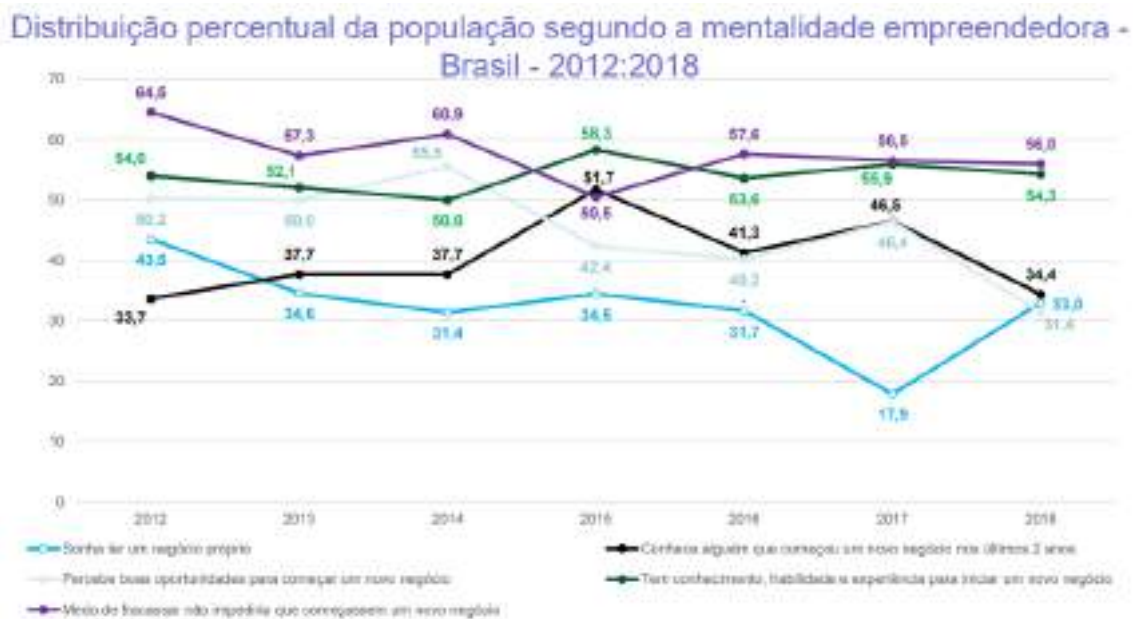


Gráfico 3 - % DA POPULAÇÃO SEGUNDO MENTALIDADE EMPREENDEDORA

E é através dessa demanda de empreendedores que surgem os manuais de empreendedorismo e os programas televisivos que acompanham pessoas que ultrapassaram as barreiras impostas para se empreender no Brasil além dos famosos coaches.

Cada vez mais vemos a comercialização de livros com estratégias de negócios infalíveis que farão qualquer pessoa um empresário de sucesso. Entre eles se encontra o livro Manual de Empreendedorismo e Gestão, obra que se vende como a solução para os problemas de gestão. Ele separa a gestão de uma organização em módulos para uma melhor evolução da empresa já aberta sem se aprofundar nas diversas barreiras encontradas para se abrir uma organização no Brasil. No quesito de abertura da organização vemos neste que é vendido como um livro base para se empreender que o principal fator necessário é motivação, como se o sucesso de um negócio dependesse apenas do empreendedor, ignorando os fatores externos e empecilhos impostos pela situação econômica do País e pela Legislação Tributária vigente.

Semanalmente vemos nos mais diversos canais televisivos programas que acompanham empreendedores dos mais diversos setores que “venceram a crise com seu próprio esforço e criaram um negócio de sucesso”, mostrando como a pessoa lida atualmente com seu trabalho mas sem dar muita ênfase nos desafios encontrados e em como eles foram vencidos para se chegar numa posição de destaque. Ainda temos os chamados coachs, que lucram com palestras motivacionais e ensinamentos de gestão mesmo sem nunca terem gerido uma única organização. Este mercado, a propósito, movimenta apenas nos EUA cerca de 2,3bi de dólares por ano e vem crescendo ano a ano no Brasil. Segundo levantamento da Revista Exame, carreira, mercado de trabalho, finanças foram os principais temas abordados nos livros mais vendidos de negócios em 2018. Clássicos do gênero, como Pai Rico, Pai Pobre, lançado há quase vinte anos, dividem espaço com obras mais recentes: os quatro títulos do coach Paulo Vieira que fazem parte do ranking, por exemplo, venderam, juntos, mais de 300.000 exemplares.

O que toda essa literatura empreendedora amplamente consumida em nosso país acaba não mostrando são as burocracias impostas pela legislação brasileira vigente.

8.1. LIBERALISMO E LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA BRASILEIRA

O liberalismo econômico se caracteriza pela não intervenção do Estado na economia, à defesa da propriedade privada e a livre concorrência. Surgiu no século XVIII. Surgiu para rebater as ideias vigentes na época sobre mercantilismo e para rebater também os que

defendiam um controle do Estado na economia através de monopólios, altos impostos e proteção aos sindicatos.

A expressão em francês “laissez faire, laissez passer” (Deixai fazer, deixai passar) resume um princípio caro aos liberais que defendem a liberdade econômica. Para os liberais, o indivíduo é o agente econômico e, por este motivo, o Estado não deve interferir nas atividades econômicas com muitas regras. Se há algum desajuste, o próprio mercado o corrigirá naturalmente, ou seja, é auto regulador. O pensamento liberal foi defendido por Adam Smith, considerado como o pai do liberalismo e fundador da escola clássica. O liberalismo econômico passa a ser bastante criticado durante o século XIX pelo Marxismo que declarava que o liberalismo era o culpado pela concentração de riqueza da burguesia e a pobreza da classe operária. As ideias liberais passam a perder ainda mais força após a Segunda Guerra Mundial quando as economias nacionais tiveram que ser reorganizadas a partir do Estado. Nesta época, a escola econômica que predominou foi o keynesianismo.

E é também neste período que o economista Friedrich Von Hayek lança sua obra O Caminho da Servidão que servirá de base para governantes nos Anos 80 e 90 no que viria a ser chamado de Neoliberalismo.

O neoliberalismo tem o objetivo de estimular o desenvolvimento econômico, a ênfase principal é a não interferência do Estado na economia. Os neoliberais defendem que a economia deve ser baseada no livre jogo das forças do mercado. Segundo eles, isso garantiria o crescimento econômico e o desenvolvimento social de um país. As características do Neoliberalismo são:

- Privatização de empresas estatais
- Livre circulação de capitais internacionais
- Abertura econômica para a entrada de empresas multinacionais
- Adoção de medidas contra o protecionismo econômico
- Redução de impostos e tributos cobrados indiscriminadamente

Já o Chile foi um dos países que teve governantes que colocaram em prática as ideias de Hayek. Segundo Tavares (2010) o país foi durante muitos anos dependente das

exportações de commodities o que precisou ser alterado após a Grande Depressão, forçando umas substituições das importações para uma industrialização nacional. Porém a substituição de importações não significava a quebra da dependência com o exterior, pelo contrário, haveria aumento dessa dependência, pois ao internalizar a produção de bens de consumo leves, precisaria importar bens de capital, o que demandava um volume muito maior de divisas. O país era extremamente dependente do cobre que era controlado pelas companhias mineradoras norte-americanas. O Estado tributava essa atividade para ter acesso a essa riqueza, porém a tributação recolhia poucos recursos em relação ao total que estas companhias conseguiam com a exploração. Então em 1970 é eleito Salvador Allende, com clara tendência socialista com um discurso de nacionalização do cobre para assim bancar os processos de industrializações no país.

Todas as medidas adotadas por Allende davam suporte para aplicar uma política econômica pautada no aumento da demanda agregada, ou seja, aumentar o salário mínimo, elevar o crédito e o gasto público. Porém, o aumento da demanda agregada constituía-se num processo arriscado, pois havia a clara possibilidade desse estímulo à procura exceder a produção, o que conduzia a uma aceleração da inflação. Fato que se concretizou entre 1971 e 1972, quando o nível de preços foi de 22% para 163% (Tavares 2010).

O descontrole da inflação e os obstáculos da economia em prosseguir com o aumento da renda nacional levou o Chile a um clima de guerra civil e em 11 de setembro de 1973 os militares realizaram um golpe, retirando Allende e colocando Pinochet no poder.

Pinochet com um grupo de economistas oriundos da Escola de Economia de Chicago, os Chicago Boys, conduziu uma política destinada a estabilizar o nível de preços, mas fora isso, eles inseriram reformas que buscaram dar ao mercado um papel maior na regulação da vida econômica do país. Os Chicago Boys foram bastante influenciados pela linha de pensamento liberal de Hayek e foram responsáveis por tornar o Chile o primeiro país a seguir a doutrina neoliberal.

No curto prazo as políticas neoliberais dos Chicago Boys foram importantes para frear a hiperinflação chilena porem com o passar dos anos levou a uma concentração de renda e a uma nova crise financeira.

A inflação no Chile somente teve uma redução significativa quando houve duas mudanças no panorama econômico: a apreciação cambial e a abertura comercial. Assim o Chile saiu de uma inflação de 174% em 1976 para uma de 64% em 1978 (FFRENCH-DAVIS, 2008). Com uma inflação que atingia 64%, o que era considerado um êxito os Chicago Boys viram a possibilidade de inserir reformas mais ousadas na economia chilena, como a liberalização financeira. Acreditava-se que com a estabilidade econômica e social, a abertura da conta de capitais faria com que a poupança externa aportasse no país e aumentasse a oferta de fundos para empréstimos, e assim, reduzir a taxa de juros interna.

A estratégia dos Chicago Boys para retomar o crescimento econômico viu-se longe da realidade, pois o fluxo de capital estrangeiro não equalizou os juros internos com os externos, pelo contrário, viu-se que o crédito interno era mais caro que o ofertado no exterior. As privatizações dos bancos e a baixa supervisão do Estado sobre o setor financeiro contribuíram para formar esta circunstância, já que permitiram a concentração do setor bancário e possibilitou os bancos a aumentarem o spread livremente. Quanto à entrada da poupança externa na economia chilena, esta ficou somente à disposição de grandes grupos privados nacionais (que detinha fatia considerável do setor bancário) os quais destinaram este crédito barato para fomentar o consumo, principalmente o de artigos importados. Os recursos não estavam sendo direcionados ao investimento, e não raro, a especulação mobiliária servia-se deles.

Em 1982 a iniciativa privada estava extremamente endividada no exterior, e muitas empresas começaram a falir, em especial os bancos. O Chile entrou novamente numa recessão, com queda do PIB em 1982 de 14%, e o Estado, que se manteve distante do mercado, teve que intervir, a fim de evitar a quebra do sistema financeiro, ao salvar bancos e outras empresas importantes para a economia chilena. Os prejuízos da iniciativa privada tiveram que ser socializados, o que marcava assim o fim do neoliberalismo no Chile.

Na Inglaterra a colocação prática das ideias liberais de Hayek se deve ao governo de Margareth Thatcher no início da década de 1980. A justificativa para a implantação do neoliberalismo apareceu com a crise do Estado de Bem-Estar Social, dentro de uma crise

maior do modelo econômico capitalista, em meio à necessidade de encontrar novas alternativas para incentivar a acumulação de capital privado e restritivo.

Dentre esses fatores de crise, os gastos dos Estados desenvolvidos passaram a extrapolar a arrecadação tributária e a gerar déficit fiscal, aumentando as necessidades de assistência e a proteção dada aos trabalhadores; crise na acumulação do Estado, pois com a menor arrecadação dos impostos sobre os assalariados, gerada pelo maior desemprego, e da arrecadação do capital, que passa a contar com menores investimentos na produção, os Estados nacionais somaram dívidas públicas (internas e externas) na casa das centenas de bilhões de dólares (CORTEZ, 2008; TOLEDO, 1997). No ápice da crise inglesa, a saída adotada pelo Estado foi a desregulação econômica, em que o descontrole dos mercados financeiros, as flutuações cambiais e as taxas de juros impediram que a política monetária e cambial interdependente pudesse estabilizar a economia.

O governo Thatcher diminuiu a emissão de moedas e os impostos para os grupos de maior poder aquisitivo; elevou as taxas de juros e os níveis de desemprego; combateu o sindicalismo e as greves dos trabalhadores; acabou com os controles sobre os fluxos monetários, ao mesmo tempo em que houve uma reestruturação dos gastos sociais, além da massiva privatização que atingiu a habitação pública, as indústrias básicas, o petróleo, a eletricidade, o gás, a água (ANDERSON, 1995, p. 12).

Da mesma maneira que garantiu o bem-estar a amplos setores da população nos países ricos, foi também o Estado que retirou muito desses direitos dos trabalhadores, mediante a nova organização da divisão social do trabalho, nas décadas de 1980 e 1990: a ampliação do poder dos grupos privados e o aumento da autonomia de setores voluntários ou de outras formas de organizações privadas ou filantrópicas.

Quando entre 1950 e 1973, países como a Alemanha, Itália, Inglaterra e França apresentaram uma taxa de desemprego inferior a 5%, proporcionada pelo Estado de Bem-Estar, na década de 1990, o número esteve em torno dos 10% para os mesmos países, elevado pelas contribuições das novas formas de organização do trabalho.

Neste momento outros países no mundo importavam as ideias de Hayek e tentavam adaptá-las a sua realidade. Foi neste período também que ocorreu o Consenso de Washington, que reuniu diversos economistas latino-americanos de perfil liberal,

funcionários do Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e do governo norte- americano para avaliar as reformas econômicas em curso na América Latina. O Consenso de Washington acabou gerando “regras universais” para uma economia liberal:

- 1) Disciplina fiscal, através da qual o Estado deve limitar seus gastos a arrecadação, eliminando o déficit público;
- 2) Focalização dos gastos públicos em educação, saúde e infraestrutura;
- 3) Reforma tributária que amplie a base sobre a qual incide a carga tributária, com maior peso nos impostos indiretos e menor progressividade nos impostos diretos;
- 4) Liberalização financeira, com o fim de restrições que impeçam as instituições financeiras internacionais de atuar em igualdade com as nacionais e o afastamento do Estado do setor;
- 5) Taxa de câmbio competitiva;
- 6) Liberalização do comércio exterior, com redução de alíquotas de importação e estímulos à exportação, visando impulsionar a globalização da economia;
- 7) Eliminação de restrições ao capital externo, permitindo investimento direto estrangeiro;
- 8) Privatização, com a venda de empresas estatais;
- 9) Desregulação, com redução da legislação de controle do processo econômico e das relações trabalhistas;
- 10) Propriedade intelectual.

Porém o resultado das políticas neoliberais acabaram sendo uma diminuição do operariado industrial tradicional que, em contrapartida, viu aumentar o trabalho assalariado no setor de serviços. O trabalho se tornou mais heterogêneo, incorporou significativa parcela da população feminina como operárias, expandiu o trabalho parcial, precário, temporário e pouco valorizado, elevou a taxa de desemprego estrutural, bem

como terceirizou diversas funções; somados esses itens desfavoráveis à garantia dos direitos dos trabalhadores, acabou por eliminar benefícios sociais, entre eles os previdenciários e de aposentadorias de larga soma de indivíduos em distintas partes do mundo (ANTUNES, 2000).

As reformas políticas e econômicas neoliberais dos Estados beneficiaram principalmente os 20% a 30% mais ricos de suas populações nacionais, por meio da redução dos impostos, do incentivo ao aumento exorbitante do consumo e da extraordinária concentração de bens e capitais especulativos.

Se no Brasil o neoliberalismo vinha aos poucos ganhando espaço como alternativa política à crise, é no período Collor que efetivamente ele se torna a ideologia dominante entre os setores do capital, dos partidos políticos conservadores e do centro do espectro político, da grande imprensa brasileira e mesmo de setores significativos do pequeno e médio empresariado e, especialmente, daquela parcela do movimento organizado dos trabalhadores identificada com a Força Sindical. Teve início o processo de privatização das estatais, o Brasil abriu sua economia para o capital estrangeiro e o mercado passou a ser o grande agente organizador da Nação, enquanto os trabalhadores, como classe, começaram a sofrer um bombardeio incessante em seus direitos.

Collor, com sua corrupção, sofre um impeachment porém as ideias neoliberais se mantiveram no imaginário dos governantes da época. Com esse discurso FHC vence a eleição e se torna a continuação do processo neoliberal no Brasil. A eleição de FHC leva ao Plano Real que estabiliza a economia e diminui a inflação. Apesar da melhora da renda da população, o desemprego e o emprego informal dispararam e segundo o Dieese realizado ao fim do governo revelava uma taxa de desemprego em 16%.

Segundo Negrão (2002) diversos fatores negativos são identificáveis no modelo neoliberal adotado por FHC:

- 1) Precarização legal da contratação de trabalhadores.
- 2) Nunca o Executivo legislou tanto, seja por meio das medidas provisórias ou de projetos enviados ao Congresso.
- 3) Privatizações em regime acelerado e aceitando “moedas podres”

- 4) Taxa de juros mantida alta e abertura de mercado focado na atração de capital especulativo ao invés de investimentos.
- 5) A falta de medidas protetivas aliada a abrupta abertura comercial acaba com setores inteiros da economia brasileira, aumentando o desemprego e o gasto em produtos de outros países

Para Negrão, o governo de FHC serviu para “retirar os eventuais obstáculos a acumulação ampliada do capital, mesmo que isso, a longo – ou mesmo médio – prazo signifique mais concentração de riqueza e exclusão”

O Brasil elegeu em 2018 um governo que difunde as mesmas ideias neoliberais colocadas em prática por Pinochet e Thatcher e FHC. Após anos de um governo intervencionista do PT, com grandes gastos públicos e controle de preços de combustíveis o país teve como governante eleito um político conservador que estava a anos na política, tendo até mesmo colocado seus três filhos para cargos eletivos, mas que vinha com um discurso neoliberal e um Chicago Boy como Ministro da Economia que teria a tarefa de tirar o país da crise.

Um Governo que tem um discurso que privilegia os investimentos privados em detrimento dos investimentos públicos como salvadores da economia e que é eleito quando a grande mídia e parte da população difundem como esperança para vencer a crise o empreendedorismo e o discurso de que “o sucesso só depende de você”.

Porem nada é feito ou se quer discutido para que a mentes empreendedoras e pessoas com ideias inovadoras tenham um fácil acesso ao mercado para pôr suas ideias em prática. O que muitos esquecem e não são plenamente divulgados são as burocracias impostas pela legislação tributária brasileira.

Uma pessoa que hoje deseje se aventurar num empreendimento acaba por ter como base de estudo os livros considerados mais conceituados e populares. O Brasil teve como livro mais vendido de 2018, segundo levantamento realizado pela Revista Exame, “O Poder da Ação”, escrito pelo coach Paulo Vieira que se tornou uma espécie de guru do desenvolvimento pessoal e profissional. Ainda segundo o mesmo levantamento da revista, entre os 10 livros mais vendidos de 2018 todos se enquadram nas categorias de autoajuda ou de finanças pessoais.

Isso se deve às recentes crises que forçam uma grande massa a ver o empreendedorismo como meio de sobreviver e pagar as contas e de pessoas que alienadas pelo discurso crescente do sucesso profissional obrigatório a todos e que alcançar este objetivo depende apenas do esforço próprio sem se atentar as influências externas que podem ocorrer.

Além do número crescente nas vendas de livros de autoajuda voltado para pessoas que desejam abrir o próprio negócio a situação econômica brasileira atual serviu para catapultar um outro tipo de mercado de autoajuda voltado a estas pessoas, os coachs.

Dados da International Coach Federation (IFC) ⁵apontam que nos últimos quatro anos o mercado de coach cresceu 300% no Brasil. Com uma mensagem de “foco nas pessoas” em detrimento do foco no retorno financeiro há um ensinamento de rituais, meditações e desenvolvimento da consciência Felipe Marx, um dos mais respeitados neste mercado revelou que o seu foco é “Deixar as pessoas satisfeitas com o valor que podem gerar ao melhorar seu dia a dia com crescimento pessoal”.

Assim as pessoas estão focando na autoestima, o que não deixa de estar correto, mas esquecendo nos problemas práticos que poderão enfrentar num país com uma legislação tributária ineficiente, complexa e cara.

Embora nenhum sistema tributário seja perfeito, o Brasil prima por ter uma das piores legislações tributárias do mundo, segundo o Banco Mundial Com uma quantidade ímpar de documentos, taxas e leis, no Brasil é onde se gasta mais tempo para se pagar todas as obrigações tributárias. Os defeitos do sistema tributário brasileiro têm várias consequências. Por um lado, induzem uma organização extremamente ineficiente da economia, puxando para baixo a produtividade da economia nacional. Por outro lado, geram grandes distorções distributivas, ao abrir brechas que permitem que pessoas de alta renda sejam muito pouco tributadas.

Adicionalmente, a complexidade do sistema tributário brasileiro faz com que o custo de apuração e recolhimento dos impostos (custo de conformidade) seja extremamente

⁵ International Coach Federation: é uma organização sem fins lucrativos dedicada ao coaching profissional. É a maior associação global de coaches, com mais de 18 mil membros em mais de 100 países.

elevado. Segundo dados do Banco Mundial, divulgado pelo relatório Doing Business 2018, no Brasil uma companhia nacional gasta 1.958 horas ao ano para quitar todas as suas obrigações tributárias. O tempo é seis vezes a média de 332 horas registrada nos países da América Latina e Caribe.

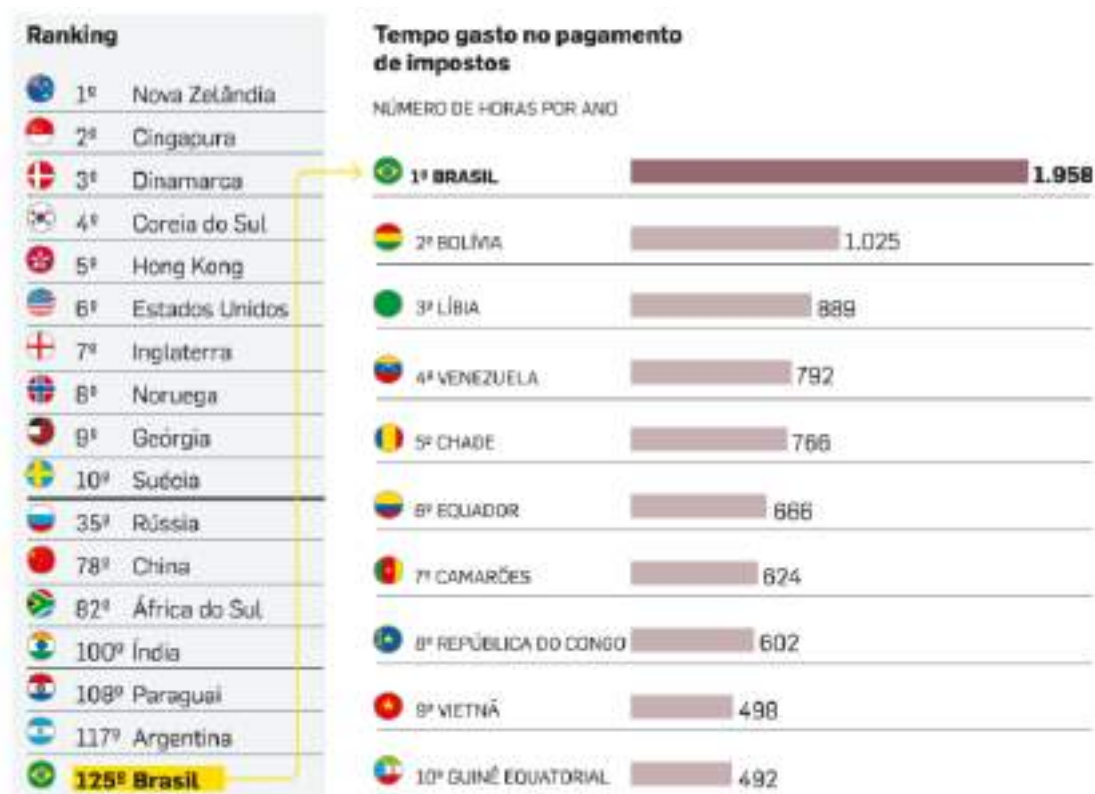


Gráfico 4 - TEMPO GASTO NO PAGAMENTO DE IMPOSTOS

De acordo com o SEBRAE 2018, a carga tributária brasileira acaba sendo um fator determinante no sucesso ou não de uma pequena e microempresa. Em um artigo voltado para microempreendedores, os principais tributos que todo empreendedor precisa conhecer é feito um levantamento dos principais tributos que impactarão cada fase do negócio:

(i) as receitas de venda de produtos e serviços (IPI, ICMS, ISS, PIS/COFINS e contribuições previdenciárias),

(ii) as importações de bens, serviços e tecnologia (Imposto de Importação, IPI, PIS/COFINS, CIDE, ICMS e ISS),

(iii) a folha de salários (contribuições previdenciárias),

(iv) o patrimônio (ITR, IPTU e IPVA),

(v) o exercício de certas atividades reguladas (ex: taxa da Anatel, FUST, FUNTEL) e, finalmente,

(vi) o lucro (IRPJ e CSL).

É destacado também que os tributos são classificados conforme os níveis de governo e que os tributos estaduais e municipais podem variar de acordo com o estado ou município que a organização se instale e separa os principais:

- FEDERAIS

- **IRPJ (Imposto de Renda Pessoa Jurídica):** incide sobre o lucro da empresa, com uma alíquota de 15%, mais um adicional de 10% sobre a parcela do lucro que exceder o montante mensal estipulado. O IRPJ é retido pelos clientes no momento do pagamento das faturas.
- **CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido):** assim como o IRPJ, incide sobre o lucro real do negócio, com alíquota de 9%.
- **COFINS (Contribuição para Financiamento da Seguridade Social) e PIS (Programa de Integração Social) /PASEP (Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público):** são contribuições que incidem sobre a receita bruta da empresa, em geral, com alíquota combinada de 3,65% (3% de COFINS e 0,65% de PIS/PASEP)
- **IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados):** é um imposto sobre produtos industrializados, que são tributados quando saem da fábrica. As alíquotas variam bastante por produto e, em média, ficam entre 10% e 12%.

- ESTADUAL

- **ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços):** é parecido com o IPI, mas que pode incidir também sobre alguns serviços. Varia bastante por tipo de produto ou serviço.

- MUNICIPAL

- **ISS (Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza):** incide sobre prestação dos serviços listados na Lei Complementar nº116/03. A alíquota em média varia entre 2% e 5%.

Todos esses impostos devem ser considerados ao final do período contábil e pagos corretamente ao Estado caso contrário ainda deverá ser paga uma multa pela organização. Toda essa apuração acaba tomar bastante tempo de uma organização e a elevar os custos de operação visto que uma pessoa capacitada acaba por ser contratada especificamente para este fim.

Porém antes mesmo de se abrir uma empresa uma pessoa que deseje se tornar empreendedora acaba sofrendo nas mãos do Estado e de regulações excessivas e custosas.

Segundo TORRES (2018), Alvarás, inscrições e licenças são algumas das obrigações que o empreendedor deve cumprir para abrir um comércio. Embora boa parte da documentação seja comum a outras empresas, há aquelas exclusivas para esse tipo de estabelecimento. Ele ainda explicita os passos necessários para se concluir.

Primeiro é necessário que se escolha entre três tipos de empresas, MEI, ME e EPP.

- **MEI-Microempreendedor Individual**

O Microempreendedor Individual, famoso MEI, é um programa do Governo Federal criado para regularizar quem trabalha por conta própria. Pagando cerca

de R\$ 50,00/mês, você tem um CNPJ, contribui para o INSS, não é obrigado a emitir NF (mas pode, se precisar) e ainda não precisa ter um contador. O que a princípio parece bem vantajoso tem um problema que é o fato de que o MEI é bem limitado, só permite algumas profissões e isso não inclui atividades intelectuais e profissões regulamentadas. Além disso, o MEI não pode ter sócios, tem de faturar no máximo R\$ 6.660,00/mês e pode ter no máximo um funcionário.

- **ME - Microempresa**

A opção de Microempresa (ME) entrega mais possibilidades: ter um ou mais sócios, faturar até R\$ 360 mil/ano, poder escolher entre atividades ilimitadas e emitir quantas notas quiser. A diferença será o imposto que incidirá sobre faturamento com valores entre 4,5% e 19,5%. Outra vantagem do ME é poder fazer parte do Simples Nacional, regime de tributação que unifica 8 impostos em um único boleto mensal, o DAS.

- **EPP - Empresa de Pequeno Porte**

A Empresa de Pequeno Porte (EPP) é aquela que fatura entre R\$ 360 mil e R\$ 4,8 milhões por ano.

Após a escolha do tipo de empresa é necessário a escolha da natureza jurídica, que seria a forma de constituição da empresa: quem são os sócios, a participação de cada um na empresa e o capital social. Essas informações são importantes pois irão constar no contrato social a ser elaborado pelo empreendedor.

Os três principais regimes jurídicos são:

- **Empresário Individual (EI)**

Nesta opção o empreendedor é o titular da empresa exercendo uma atividade empresarial sob a própria pessoa física. Isso significa que o patrimônio pessoal do empreendedor poderá ficar comprometido em caso de endividamento da empresa.

- **Empresa Individual de Responsabilidade Limitada (EIRELI)**

Na EIRELI, o empreendedor não tem seu patrimônio pessoal atrelado as dívidas da empresa. Nesse caso, o capital social mínimo é de R\$ 95.400,00 em bens ou em dinheiro. Mas em caso de dívidas da empresa, o valor deverá estar disponível para quitação.

- **Sociedade Limitada (LTDA)**

A Sociedade Limitada é formada por dois ou mais sócios que contribuem com moeda ou bens avaliáveis em dinheiro para formação do capital social. A responsabilidade dos sócios é restrita ao valor do capital social, que geralmente de R\$ 1.000,00 no total.

Um ponto importante e que gera bastante preocupação entre novos empreendedores se deve ao pagamento dos impostos. Os impostos incidirão sobre o valor do seu faturamento ou dependendo do anexo que as atividades da sua empresa estão enquadradas. Só que, ao contrário do que muitos pensam, o valor a ser pago de imposto depende do regime de tributação e não do regime jurídico (EI, EIRELI, LTDA). Existem 3 regimes jurídicos:

Simples Nacional - É um programa simplificado de arrecadação de impostos que unifica oito tributos, Municipais, Estaduais e da União, em uma guia com vencimento mensal, facilitando a vida do micro e pequeno empresário que fatura até R\$ 4,8 milhões ao ano.

Lucro Presumido - No Lucro Presumido, as empresas podem faturar até R\$ 78 milhões ao ano e o pagamento de impostos não é unificado em uma única guia - são cinco guias de pagamento independentes (IRPJ, CSL, PIS, INSS e COFINS) com vencimentos diferenciados. A alíquota de imposto varia entre 12,33% e 16,33% em cima de um percentual predefinido do seu faturamento. Ou seja, primeiramente presume-se o percentual de lucro que a empresa tem, para então ser aplicada a alíquota de impostos.

Lucro Real - Nesta opção, alguns tributos (IRPJ, CSLL, PIS e COFINS) são retirados apenas em cima do que a empresa lucra de fato. Portanto, é preciso ter todas as contas e

balanços conciliados com exatidão. Após todos os ajustes e compensações das contas previstos em legislação, o lucro da empresa é tributado.

Algumas empresas são obrigadas a se enquadrar no Lucro Real, seja pela atividade ou pelo faturamento - empresas com receita bruta anual superior a R\$ 78 milhões, por exemplo.

Após tomar conhecimento do tipo de empresa, escolhida e das Naturezas Jurídicas e Regimes Jurídicos existentes é necessário que se realize a efetiva solicitação de abertura de uma empresa. Os documentos necessários para se abrir uma empresa variam de acordo com o Estado e a cidade desejada. Os principais documentos solicitados pelas Prefeituras se dividem em documentos pessoais e da Pessoa Jurídica:

- RG e CPF;
- Comprovante de endereço;
- Se casado (a), certidão de casamento;
- Cópia do IPTU ou documento que conste a inscrição imobiliária ou a indicação fiscal do imóvel onde a empresa será instalada.
- Requerimento Padrão (Capa da Junta Comercial), em uma via;
- Contrato Social ou Requerimento de Empresário Individual ou Ata de Assembleia Geral de Constituição e Estatuto, em três vias (quatro vias, no caso de empresário).
- Cópia autenticada do documento de identidade do titular ou dos administradores;
- FCN (Ficha de Cadastro Nacional) modelo 1 e 2, em uma via;
- Pagamento de taxas por meio de Guia de Recolhimento (JC) e DARF (CNE).
- CNPJ

De acordo com levantamento feito pelo SEBRAE 2018, o custo final para a abertura de uma pequena ou microempresa varia de R\$1.000,00 a R\$1.500,00 e entre os mais caros estão os pagamentos necessários à Junta Comercial, onde os gastos variam de R\$71,00 a R\$ 351,00 e à emissão de alvarás e custos em geral de documentos solicitados pelas Prefeituras que podem variar de R\$120,00 a R\$753,00.

Outro levantamento importante realizado pelo SEBRAE se deve ao tempo de abertura. Segundo o SEBRAE o tempo médio de abertura de uma empresa cinco das principais capitais do país é de 45 dias.

Cidade	Prazo médio de abertura
São Paulo	30 dias
Rio de Janeiro	45 dias
Belo Horizonte	45 dias
Curitiba	45 dias
Porto Alegre	48 dias

Figura 1 - PRAZO MÉDIO DE ABERTURA DE UMA EMPRESA

Porem uma nova plataforma criada pelo Governo em 2003, a Redesim (Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios) promete diminuir consideravelmente este prazo por dar acesso através de um único número aos diversos protocolos existentes, integrando diversos órgãos De acordo com a Receita Federal, o tempo de abertura de Pessoas Jurídicas nos municípios que já possuem acesso a esta ferramenta diminuiu para 5 dias em média:

- 48% das pessoas jurídicas são constituídas em até 3 dias;
- 22% das pessoas jurídicas são constituídas entre 3 e 5 dias;
- 11% das pessoas jurídicas são constituídas entre 5 e 7 dias;
- 19% das pessoas jurídicas são constituídas em mais de 7 dias.

Assim temos os lados que difundem um discurso liberal e meritocrático e o outro lado que são todas as regras e barreiras existentes para a existência de um mercado empreendedor saudável no Brasil.

O país possui um governo dito como liberal eleito para tentar contornar uma crise econômica que vem afetando o crescimento desde 2014, após uma série de medidas adotadas pelo segundo governo de Dilma que se estende até o período atual, com uma taxa de desemprego em 13%, o que equivalem a cerca de 14 milhões de pessoas. Toda esta massa de mão de obra não utilizada acaba se valendo de outros meios para

sobreviver e acabam optando por abrir um negócio próprio, através dos discursos da grande mídia e do governo.

Segundo o relatório do GEM 2018, divulgado pelo SEBRAE para 75% da população faltam políticas públicas de incentivo ao empreendedorismo, como por exemplo, redução da carga tributária. Além disso, 42,5% aprovam a ampliação de programas de ensino de empreendedorismo para os níveis mais básicos de ensino o que nos mostra o quanto o discurso liberal voltado para o empreendedorismo está presente na mentalidade da população como um todo.



Figura 2 - POLÍTICAS GOVERNAMENTAIS EDUCAÇÃO E CAPACITAÇÃO

•Pontos positivos:

- A vocação do brasileiro para empreender;
- A dinâmica do mercado brasileiro (oportunidades de negócio);
- Programas governamentais.

•Pontos limitantes:

- Políticas governamentais (ex. muita burocracia, legislação tributária complexa);
- Escassez de apoio financeiro (em especial para empreendimentos iniciais);
- Precariedade do sistema educacional básico.

Fonte: GEM Brasil 2018 (SEBRAE e IBQP)

Figura 3 - PONTOS POSITIVOS E PONTOS LIMITANTES

Segundo o EGEPE (2014)⁶, três fatores críticos que levam que indivíduos a se tornarem empreendedores: (a) motivação; (b) habilidade e (c) oportunidade. Desse modo, definem política de empreendedorismo como uma ação do governo voltada às fases iniciais do processo empreendedor, que seja criada e implementada para lidar com aspectos ligados aos três fatores críticos citados anteriormente, e que tenham como objetivo principal encorajar mais pessoas a verem o empreendedorismo como uma opção de carreira.

Ainda de acordo com o EGEPE (2014) as políticas públicas de empreendedorismo em tal dimensão devem: melhorar a visibilidade do empreendedorismo perante a sociedade; aumentar a consciência sobre o empreendedorismo, fazendo com que suas ações sejam conhecidas; apresentar casos de sucesso que permitam demonstrar situações claras de êxito na ação empreendedora; estimular atitudes favoráveis em relação ao empreendedorismo e seu papel na sociedade; gerar interesse em explorar o empreendedorismo como uma opção de carreira a ser seguida; e aumentar o suporte da sociedade para o empreendedorismo.

⁶ EGEPE: Encontro de Estudos sobre Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas - é o principal evento científico realizado nestas áreas de conhecimento no Brasil. Nasceu em 2000, pela iniciativa de um grupo de professores da UEM - Universidade Estadual de Maringá

O estudo mostra que um ambiente propício a se empreender deveria ter: um investimento em educação empreendedora, diminuição das barreiras de entrada e saída, financiamento, suporte. O Brasil apresenta baixo número de políticas de atendimento ao empreendedor potencial e não há ainda no país uma política de promoção do empreendedorismo pensada como mecanismo articulado e necessário ao desenvolvimento da cultura empreendedora do brasileiro. Nota-se, ainda, a existência de um grande número de políticas cujo foco está no apoio a grupos específicos e minorias, tais como jovens, mulheres, e pessoas em situação de vulnerabilidade, o que demonstra que o empreendedorismo se mostra como um vetor de desenvolvimento econômico e inclusão social, daí a importância das políticas de empreendedorismo como mecanismo de legitimação das ações do governo.

Desse modo, entende-se que os responsáveis pela criação das políticas de empreendedorismo devem levar em consideração a relevância dos empreendedores em potencial e o baixo número de políticas a estes direcionadas, a fim de que mais políticas de promoção da cultura empreendedora e de educação empreendedora sejam criadas.

9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

De qualquer forma, a própria ideia de se implementar no Brasil os pensamentos de Hayek e o discurso neoliberal deveria estar sendo posta à prova, visto que, apesar dos avanços obtidos no curto prazo como um aquecimento da economia através da estimulação da demanda e do foco no investimento privado e na abertura ao capital externo, no médio e longo prazo tivemos nos dois exemplos analisados a adoção de políticas neoliberais levando a uma crise econômica.

A Inglaterra sofreu com o aumento do desemprego em comparação com o encontrado em governos anteriores ao de Thatcher, até 1973 com políticas de Bem Estar Social a taxa de desemprego era inferior a 5% tendo Thatcher entregue o governo com taxa de desemprego em 10% segundo OLIVEIRA 2011 ocasionado pela saída de empresas do país impulsionada pela globalização que permitiu a estas empresas se deslocarem para localidades onde a mão de obra era mais barata, aumento da desigualdade além de uma fragmentação dos sindicatos que tiveram que se reorganizar para sobreviver em torno de uma política neoliberal.

O governo de Pinochet no Chile, com seus Chicago Boys levou a um rápido controle da inflação, diversificação das exportações e uma abertura comercial porem com o tempo essas medidas serviram também para provocar uma concentração de renda e um aumento considerável da pobreza no país. A crise de 1982 vivida pelo país mostrou até onde era sustentável colocar em pratica as ideias neoliberais vigentes em uma economia pequena e limitada como a do Chile. O período vivido pelo Chile entre seu governo socialista e o neoliberal mostra que os extremos da excessiva intervenção estatal e a total isenção do Estado na vida econômica do país acarretaram crises.

No Brasil o fim do governo FHC foi de uma inflação controlada porem com uma taxa de desemprego alta, beirando os 20%. O país enfrentava uma grande demanda por infraestrutura, que não foi suprida pelo governo, visto que a ideia era diminuir os gastos públicos e nem pelos entes privados visto que o Brasil ainda apresentava incertezas macroeconômicas por conta da influência de crises externas. O país esteve refém de constantes ameaças de fugas de capital, crises cambiais e exigências do FMI o que levou a uma concentração de poder e riqueza aos grupos ligados ao mercado financeiro.

Desse modo, entende-se que os responsáveis pela criação das políticas de empreendedorismo devem levar em consideração a relevância dos empreendedores em potencial e o baixo número de políticas a estes direcionadas, a fim de que mais políticas de promoção da cultura empreendedora e de educação empreendedora sejam criadas.

Isto mostra que a adoção destas medidas e a propagação de ideias empreendedoras não terão um efeito positivo na economia se o governo, ao mesmo tempo em que difunde este discurso, não apresentar para população políticas que facilitam a inserção ao mercado e ao empreendedorismo.

10. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDRADE**, Marcio Roberto. Alvarás, inscrições e licenças: quais são necessárias para abrir um comércio? São Paulo, Disponível em <<https://blog.contaazul.com/abrir-comercio-alvaras-inscricoes-licencas>> Acesso em: 02 jun. 2019, 16:30
- APPY**, Bernardi. Porque o sistema tributário brasileiro precisa ser reformado. Brasília: Revista de Interesse Nacional, 2016
- BERNARDI**, L.A. “Manual do empreendedorismo e gestão”. São Paulo, 2003
- BEZERRA**, Juliana. **Neoliberalismo**. Rio de Janeiro, Disponível em <<https://www.todamateria.com.br/neoliberalismo/>> Acesso em: 02 jun. 2019, 15:00
- COELHO**, André. O Estado Liberal: “Entre o Liberalismo Econômico e a Necessidade de Regulação Jurídica”. Mato Grosso do Sul: Revista Jurídica, 2006
- COSTA**, Fabio Luciano Oliveira. “As reformas políticas e econômicas neoliberais no contexto dos países desenvolvidos”. Brasília: Universidade de Relações Internacionais, 2011
- HAYEK**, Friedrich. “O caminho para a servidão”. Reino Unido, 1944
- LIRA**, Francisco Roberto Fuentes Tavares. “Do socialismo ao neoliberalismo: O Chile dos anos 1970”. Curitiba: Vitrine de Conjuntura, 2010
- MUÑOZ**, Rafael. “Novo sistema tributário é necessário para aumentar a produtividade e competitividade”. São Paulo: Banco Mundial, 2019
- NEGRAO**, João Jose de Oliveira. O governo FHC e o neoliberalismo. São Paulo: PUC-SP
- SEBRAE**. Os principais tributos que todo empreendedor precisa conhecer. Rio de Janeiro, Disponível em <http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/os-principais-tributos-que-todo-empendedor-precisa-conhecer_e40aa0b77d29e410VgnVCM1000003b74010aRCRD> Acesso em: 02 jun. 2019, 16:00
- SEBRAE**, GEM 2018. Disponível em < <https://datasebrae.com.br/wp-content/uploads/2019/02/Relat%C3%B3rio-Executivo-Brasil-2018-v3-web.pdf>> Acesso em 02.jun.2019, 17:00
- TORRES**, Vitor. Como abrir uma empresa grátis: O passo a passo da abertura de empresa. Disponível em <<https://www.contabilizei.com.br/contabilidade-online/como-abrir-empresa/>> Acesso em: 02 jun. 2019, 16:00
- ZAMPIER**, M.A; TAKAHASHI, A.R.W. Competências empreendedoras e processos de aprendizagem empreendedora: modelo conceitual de pesquisa. Rio de Janeiro, 2011